



## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA DEVOLUÇÃO DE PRAZO**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ, órgão da Administração Direta, através do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ, instituído pela Lei 15.466/07, CNPJ 08.597.121/0001-74, torna público que realizará processo de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas, destinado à execução do objeto deste Edital, obedecidos os fundamentos legais constantes dos dispositivos das Leis nº 8.080/90, 8.666/93, Lei Estadual nº 15.608/07, Portaria nº. 1.286/93, do Ministério da Saúde, Decretos Estaduais 4507/09 , 4732/09 e demais legislações aplicáveis,

### **1 - DO OBJETO**

O objeto deste Edital é credenciar pessoas jurídicas na área da saúde prestadores de serviços de **Exames laboratoriais constantes na tabela SUS**, para o **Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva da Secretária de Saúde do Estado do Paraná**, conforme Termo de Referência deste Edital.

### **2 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1 - A documentação necessária para participar deste processo de chamamento público deverá ser entregue no período compreendido entre a data de publicação do aviso deste edital e data abaixo, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:30hs às 11:30 hs e 14:00 hs às 17:00hs.

**Recebimento de documentação até 09:00 horas do dia 07/03/2012**

2.1.1 – Após o período estabelecido no item 2.1, outras empresas poderão encaminhar a documentação necessária para firmarem o contrato de adesão, enquanto perdurar a vigência deste edital.

2.1.2 – Local de Entrega dos documentos: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, Setor de Licitação/Credenciamento, na **Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Jardim Botânico CEP 80210-170, tel (41) 3264 6140 ,em Curitiba – Paraná.**

---

SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP

*Comissão Permanente de Licitação – CPL*

*Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170*

*Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA*

### **3 – DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

3.1 – Poderão participar pessoas jurídicas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, apresentando os documentos nele exigidos.

3.2 – Não poderão participar as pessoas jurídicas:

3.2.1 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração, Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito, Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; e

3.2.3 – que estejam reunidas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

### **4 – DA DOCUMENTAÇÃO**

4.1 - A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada em cópia autenticada e acompanhada do Requerimento para o cadastramento, conforme modelo apresentado no Anexo I, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal.

4.1.1 - Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por Cartório Notarial ou publicação em órgão da imprensa oficial ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência e autenticação por servidor da Comissão de Licitação/SESA.

4.1.2 - A autenticação da documentação só será feita mediante apresentação das vias originais que serão autenticadas. A não apresentação dos originais impossibilitará a autenticação e conseqüentemente impedirá a contratação da empresa.

4.1.3 - No caso de documentos encaminhados retirados da internet, os mesmos somente terão validade após consulta realizada pela Comissão.

4.1.4 - Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.

## **4.2 – DA PESSOA JURÍDICA:**

### **4.2.1 – Para comprovação de Habilitação Jurídica:**

a) Efetuar Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não foi declarada inidônea por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou punida com suspensão pela Administração; e

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), (Conforme modelo apresentado no Anexo IV);

c) Apresentação de contrato social, comprovando ramo de atuação compatível com o objeto do Edital;

### **4.2.2 – Para comprovação de Regularidade Fiscal:**

a) Certificado de regularidade relativo à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do cadastramento, se houver;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União expedido pelo Ministério da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão expedida pelo Município do domicílio ou sede proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

#### 4.2.3 – Para comprovação de Qualificação Técnica:

- a) comprovação de Alvará;
- b) Ato constitutivo, Contrato Social em vigor e ultima alteração, devidamente registrado na Junta Comercial;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Preenchimento e entrega dos Anexos I, II, IV, V e VI;
- e) Declaração da empresa nominando seus sócios.
- f) Demonstrar participação em pelo menos um Programa Nacional de Controle de Qualidade.
- g) O Credenciado deverá possuir o Procedimento Operacional Padrão (POP);
- i) Estar cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;
- j) Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior, compatível em natureza de que se trata o objeto do presente Edital de Credenciamento.

#### 4.3 – DOCUMENTOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

- a) curriculum vitae;
- b) cédula de identidade e CPF;
- c) diploma do curso compatível com a atividade;
- d) registro do responsável técnico junto ao Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional da categoria.

#### 4.4 – DOS PROFISSIONAIS

- a) A empresa deverá apresentar relação dos profissionais, conforme anexo II, e juntar cópia dos seguintes documentos de cada profissional: carteira do junto aos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.;
- b) A não apresentação de qualquer documento solicitado implicará na não aceitação do profissional como prestador de serviços nas unidades hospitalares da SESA.

## **5 – DA PROPOSTA**

5.1 - A proposta compreende na apresentação do Anexo I, que deverá ser impressa em papel com identificação do laboratório, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável técnico da proponente, devendo:

5.1.1 – conter a razão social, endereço completo, CEP, telefones, fax, e-mail caso haja, e número do CNPJ.

5.1.2 – Os documentos exigidos na seção 4, bem como o pedido de inscrição (Anexo I), deverão ser entregues em envelope fechado, dirigido à Comissão de Credenciamento da SESA, à Av. Prof. Lothario Meissner, 350, Jardim Botânico, CEP 80.210 170, tel 41 3264 6140, até o data limite previsto para recebimento de propostas.

5.1.3 – As propostas poderão ser entregues pessoalmente, ou enviadas via correio respeitando a data limite para recebimento de propostas pela Comissão de Credenciamento.

## **6 – DOS VALORES**

6.1 – Os serviços de exames laboratoriais a serem executados, descritos no Anexo I, serão remunerados em conformidade com os valores constantes da tabela data SUS vigente. Anexo I (tabela atual).

## **7 – DO PROCESSO DE CHAMAMENTO / DO PROCEDIMENTO**

7.1 – A Comissão de Credenciamento em sessão pública na data limite para o recebimento de propostas, fará o registro das propostas recebidas, procedendo à abertura dos envelopes, permitindo vistas aos documentos pelos presentes, na oportunidade divulgará a data limite para divulgação do resultado de pré qualificação em prazo de 30 (trinta) dias, o qual poderão ser prorrogado conforme previsto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art 12 do Decreto 4507/09.

7.2. Na análise da documentação relativa à habilitação, pela Comissão de Credenciamento, exigirá-se a estrita observância de todos os requisitos de pré-qualificação previstos no Edital.

7.3. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

7.4. Da sessão pública de recebimento e abertura de propostas, será lavrada ata com assinatura dos presentes.

7.5. O resultado da pré qualificação será divulgado do DIOE, a partir desta data de publicação passa a vigorar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação.

7.6. Os recursos terão efeito suspensivo e deverão ser protocolados no Protocolo da SESA, á Rua Piquiri, 170 - Curitiba, Pr.

## **8 – DOS RECURSOS**

8.1. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação na pré-qualificação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado.

8.1.1. Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da Comissão de Credenciamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

8.1.2. A autoridade superior, após receber o recurso e a informação da Comissão de Credenciamento, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação no Diário Oficial do Estado em até 2 (dois) dias úteis.

## **8 – DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO**

8.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou, com vigência igual à do referido Edital.

8.1.1. O resultado da pré-qualificação será publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio eletrônico do órgão ou entidade contratante em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

8.2. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação na pré-qualificação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado.

8.2.1. Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da Comissão de Credenciamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

8.2.2. A autoridade superior, após receber o recurso e a informação da Comissão de Credenciamento, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação no Diário Oficial do Estado em até 2 (dois) dias úteis.

8.3. Durante a vigência do Edital de Credenciamento, incluída as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

8.3.1. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 05 (cinco) dias úteis para entregá-la pessoalmente ou, a critério do órgão ou entidade contratante, por via postal.

8.3.2. A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao da pré-qualificação.

8.3.3. Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no *caput* deste artigo participarão normalmente dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão ou entidade contratante.

8.3.4. O resultado da análise prevista no *caput* deste artigo será publicado no Diário Oficial do Estado. Os credenciados não aprovados na avaliação da documentação serão descredenciados, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.5. A critério da autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante poderá ser encaminhado correspondência aos prestadores de serviço em potencial, que gozem de boa reputação profissional, para que promovam o seu credenciamento.

8.5.1. A cada 6 (seis) meses ou outro prazo inferior, o órgão ou entidade contratante poderá realizar chamamento público para novos interessados, quando republicará o Edital, podendo alterar regras, condições e minutas.

8.6. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

## **9 – DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

9.1. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

9.2. Estando credenciado para um determinado serviço, o interessado poderá se pré-qualificar para outro serviço. Para tanto, poderá se valer do mesmo processo da pré-qualificação de seu primeiro credenciamento, salvo se para o outro serviço for exigida qualificação técnica diferente, caso em que deverá apresentar documentação que comprove possuir capacidade técnica para o novo serviço.

## **10 – DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO/SANÇÕES**

10.1. Durante a vigência do credenciamento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste Regulamento, no Edital e nos termos contratuais que celebrar com o órgão ou entidade contratante.

10.2. O não cumprimento das disposições mencionadas neste Regulamento, no Edital, seus anexos e na Lei Estadual nº 15.608/07 poderá acarretar as seguintes penalidades ao credenciado, garantido o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão temporária do seu credenciamento;
- III. descredenciamento, assegurado o contraditório e ampla defesa.

10.3. O credenciado, conforme o artigo 17 deste Regulamento, poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste Regulamento.

## **11- DA SESSÃO DE SORTEIO**

11.1. Concluída a pré-qualificação e ao surgir à necessidade de contratação, os credenciados serão convidados a participar da sessão pública do sorteio das demandas, salvo se ocorrer a convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço.



11.2. O convite para a sessão de sorteio ou a convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço deverá apresentar o seguinte:

- I. descrição da demanda;
- II. tempo, hora ou fração e valores estimados para a contratação;
- III. credenciados necessários;
- IV. cronograma de atividades, com previsão das datas de início e de conclusão dos trabalhos;
- V. localidade/região onde será realizado o serviço.

11.3. O prazo mínimo de antecedência entre o envio do convite e a realização da sessão de sorteio ou da convocação geral de todos os credenciados será de 2 (dois) dias úteis.

11.4. Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento em até 01 (hum) dia útil antes do início da sessão de sorteio, devendo endereçá-la à Comissão de Credenciamento do órgão ou entidade contratante que avaliará, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.

11.4.1. Caso não tenha sido apresentada justificativa pelo credenciado ou esta não seja aceita pela Comissão, a ele poderá ser aplicada, pela Comissão de Credenciamento, as seguintes penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa:

- I. avanço de uma posição no quadro do sorteio, sem a atribuição de demanda, para cada demanda na qual o credenciado se declarar impedido, caso seja a 1ª vez que a sua justificativa não seja aceita;
- II. suspensão do direito de participação a 2 (duas) demandas consecutivos (vigente e seguinte), caso seja a 2ª vez que a sua justificativa não seja aceita;
- III. descredenciamento, ficando impedido de apresentar novo requerimento de pré-qualificação pelo prazo de vigência do Edital, caso seja a 3ª vez que a sua justificativa não seja aceita.

11.4.2. A regra e as penalidades previstas no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo, respectivamente, também se aplicam ao credenciado que se declarar impedido de atender a demanda quando ela ocorrer através de convocação geral (execução do objeto por todos os credenciados), caso em que este deverá apresentar a sua justificativa em até 1 (hum) dia contado da data de sua convocação para a execução do serviço.

11.5. É condição indispensável para a participação na sessão de sorteio ou para atender à convocação geral que os credenciados estejam cumprindo as condições de habilitação do credenciamento, incluindo-se a regularidade fiscal, podendo a Comissão de Credenciamento exigir do credenciado a comprovação documental do atendimento das exigências habilitatórias.

11.5.1. Os credenciados, cuja irregularidade for verificada por ocasião ou logo após o envio do convite ou de sua convocação, deverão comprovar sua regularidade na primeira oportunidade que lhe couber falar, por meio de consulta on-line ou apresentação de documentos mencionados no *caput*, caso contrário, não poderão participar dos eventos ou da prestação do serviço.

11.5.2. No que tange à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.6. É vedada a indicação, pelo órgão ou entidade contratante, de credenciado para atender demandas.

11.7. O comparecimento à sessão pública de sorteio é facultativo. Todos os credenciados, em situação regular participarão da sessão, e poderão ser contemplados mesmo não comparecendo aos eventos, com exceção daqueles que se declararem impedidos ou assim forem considerados pelo órgão ou entidade contratante.

11.7.1. O órgão ou entidade contratante pode, em virtude do interesse público, devidamente justificado, cancelar total ou parcialmente a sessão de sorteio ou mesmo a convocação geral de todos os credenciados. Neste caso, as demandas cuja sessão ou a convocação tenha sido cancelada poderão ser submetidas a novo sorteio ou a uma nova convocação geral de todos os credenciados.

## **12-DO RESULTADO DO SORTEIO**

12.8. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata do evento. Art. 40. A ata, contendo o resultado da sessão, ou o extrato da convocação geral, será divulgado no sítio eletrônico do órgão ou entidade contratante após o seu encerramento.

12.9. Verificando-se após a realização do sorteio qualquer impedimento para que o credenciado seja contratado para o serviço com que foi contemplado, será realizado outro sorteio daquela demanda específica, em sessão pública a ser agendada e comunicada a todos os credenciados. Parágrafo único. No caso de convocação geral de todos os credenciados para execução do serviço, será excluído, tão-só o credenciado em situação irregular, podendo ser-lhe aplicada, de acordo com a situação, uma das penalidades previstas nos incisos I a III do parágrafo único do artigo 35 deste Regulamento. Art. 42. O resultado do sorteio será homologado mediante Termo de Homologação.

## **13 – DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Expedido o Termo de Homologação emitido pelo órgão ou entidade contratante ou após a convocação geral de todos os credenciados, dar-se-á início ao processo de contratação através da emissão da ordem de serviço ou instrumento contratual equivalente.

13.2. O fato do credenciado ter sido sorteado na sessão pública de sorteio ou convocado para o atendimento de demanda não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.

13.3. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento.

13.4. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Estadual nº 15.608/07, da Lei Federal nº 8.666/93 e os termos da minuta do instrumento contratual/ordem de serviço, anexa ao respectivo Edital.

13.5. A Administração convocará o credenciado, em um prazo de até 2 (dois) dias a partir da homologação do sorteio ou da convocação geral, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 60 deste Regulamento.

13.5.1 Parágrafo único. O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo órgão ou entidade contratante, para representá-lo na execução do contrato.

13.6. O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no Edital de Credenciamento.

13.7. O instrumento contratual decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, na Diário Oficial do Estado, conforme disposto no artigo 110 da Lei Estadual nº 15.608/07.

## **14 – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

14.1. Os contratos terão sua execução iniciada após a assinatura do termo de contrato, devendo os trabalhos serem desenvolvidos na forma estabelecida no Edital, observadas também as regras pertinentes da Lei nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 15.608/07 e deste Regulamento.

14.2. Dentro das normas em vigor, com as justificativas apresentadas pelo órgão ou entidade contratante, os contratos decorrentes do credenciamento poderão receber termo

aditivo de prorrogação, desde que autorizado pelo órgão ou entidade interessada na contratação, após o parecer da sua assessoria jurídica.

14.2.1 Em caráter excepcional, conforme o disposto no artigo 112 da Lei Estadual nº 15.608/07, o credenciado contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na estimativa de tempo e de prazo contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

#### **14.1.-DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO CONTRATADO**

14.1.1. Executar os serviços de exames laboratoriais nas dependências do Hospital Regional do Litoral, emitindo os laudos correspondentes.

14.1.2. Manter os serviços de realização de exames laboratoriais por 24 (vinte e quatro) horas;

14.1.3. Providenciar a entrega de resultado dos exames de rotina diária ao final do expediente do mesmo dia da coleta;

14.1.4- Prestar os serviços, quando requisitados pelas unidades hospitalares, a qualquer horário do dia ou da noite, não tendo quantidade pré determinada diariamente, devendo a empresa manter os funcionários à disposição das unidades por 24 horas, atuando dentro da unidade de saúde.

14.1.5- Designar e informar às unidades hospitalares o nome do funcionário que deverá ficar como responsável por manter o atendimento das solicitações e obrigações do contrato.

14.1.6 – Informar às unidades da escala de funcionários que atuarão para manter os serviços por 24 horas.

14.1.7 – Executar os exames considerados de emergência com prioridade.

14.1.8 - Realizar as entregas de resultados de exames por meio de funcionários de seu quadro, no setor solicitante;

14.1.9 - Dispor de capacidade técnica para realização de todos os exames previstos na tabela SUS (anexo I);

14.1.10 - Manter controle de qualidade sobre suas atividades de realização de exames laboratoriais, através de entidade de referência, periodicamente, sem ônus para a SESA;

14.1.11 - Manter em seu quadro de funcionários, farmacêutico com habilitação superior em Bioquímica, responsável técnico, com inscrição no Respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional;

14.1.12 - Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

14.1.13. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

14.1.14. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

14.1.15 Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;

14.1.16. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

14.1.17 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;

14.1.18. Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas;

14.1.19 Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços; X. apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo;

14.1.20. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado. O descumprimento da obrigação prevista neste inciso sujeitará o credenciado à sanção prevista no inciso IV do Art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/07;

14.1.21. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

## **14.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

14.2.1 Exercer a fiscalização da execução do contrato por meio do Gestor do Contrato, servidor especialmente designado, na forma prevista nos artigos 118 da Lei Estadual nº 15.608/07;

14.2.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

14.2.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

14.2.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

14.2.5 Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução dos serviços, objeto do contrato.

## **14.3**

### **DAS**

### **SANÇÕES**

14.3.1. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual ou documento congênere ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar na aplicação de penalidade financeira e rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme dispõe os artigos 128 a 131 da Lei Estadual nº 15.608/07.

13.3.1.1. O credenciado contratado ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo órgão ou entidade contratante, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória e/ou indenizatória, de acordo com os valores ou percentuais incidentes sobre o valor do serviço, conforme previsão no Edital;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Estado do Paraná, através de seus órgãos e entes, pelo prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.1.2 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado da garantia acaso exigida no Edital, momento em que deverá ser reposta na

conformidade do artigo 52 deste Regulamento, ou, caso não tenha sido exigido, do pagamento eventualmente devido pelo órgão contratante ao credenciado/prestador do serviço ou, ainda, cobrado judicialmente através de executivo fiscal.

14.3.1.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do § 1º deste artigo podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

14.3.1.4 As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do § 1º deste artigo também poderão ser aplicadas ao credenciado/prestador do serviço, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Estado do Paraná, através de seus órgãos ou entes.

14.3.1.5 A aplicação das penalidades acima enumeradas não afasta a possibilidade de órgão ou entidade contratante encaminhar representação ao Ministério Público Estadual para a adoção das providências criminais competentes contra o credenciado.

14.3.2. As penalidades previstas em instrumento contratual ou editalício são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

14.3.3. Além dos motivos previstos em lei poderão ensejar a rescisão do contrato de prestação de serviço:

- I. alteração social, contratual ou modificação de finalidade ou estrutura que, a juízo da contratante, prejudique o cumprimento do contrato;
- II. envolvimento do contratado, por qualquer meio, em protesto de títulos, execução fiscal e emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos ou qualquer outro fato que desabonem ou comprometam a sua capacidade econômico-financeira ou caracterize a sua insolvência.
- III – não repor a garantia utilizada no prazo previsto no artigo 52 deste Regulamento.
- IV. violar o sigilo das informações recebidas para a realização dos serviços;
- V. utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso, por força de suas atribuições contratuais e outras que contrariarem as condições estabelecidas pelo órgão ou entidade contratante;
- VI. venha a ser declarado inidôneo ou punido com proibição de licitar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- VII. na hipótese de ser anulado o credenciamento, a adjudicação e a contratação, em virtude de ferimento a qualquer dispositivo legal ou normativo ou ainda por força de decisão judicial.
- VIII. o desempenho insatisfatório na execução do serviço contratado.



14.3.4. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato de rescisão do contrato, à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante, salvo quando for decorrente de cumprimento de ordem judicial.

## **15 - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE**

15.1. Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

15.2. O órgão ou entidade contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.

15.3. Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 2 (dois) dias úteis.

15.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas no art. 60 e 62 deste Regulamento.

## **16 – DA VIGÊNCIA**

9.1 – Conforme estabelecido no parágrafo primeiro do Artigo 25º da Lei Estadual 15.608/2007.

9.2 – Os contratos a serem firmados com as empresas selecionadas terão vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração ser prorrogados até o limite de 60(sessenta) meses, através de termos aditivos/apostilamento.

## **17 – DO PAGAMENTO**

17.1 – O pagamento dos serviços prestados em conformidade com o Anexo I será efetuado até 30(trinta) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de serviços.

17.2 - Os encargos sociais estão inclusos nos valores constantes do Anexo I, em conformidade com a legislação vigente.

17.3 - A Nota fiscal deverá ser entregue nas unidades hospitalares objeto do contrato.



## **18 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

18.1 – As despesas com este cadastramento correrão à conta de dotações consignadas na fonte 4760.0213.2435.0213.3390.3923-100.

## **19 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 - a critério da SESA o presente chamamento público poderá ser:

19.1.1 – adiado, por conveniência exclusiva da Administração;

19.1.2 – revogado, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

19.1.3 – anulado, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

19.2 – A SESA poderá, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento.

19.3 – Após notificação, a SESA poderá a critério da administração, excluir os profissionais das escaladas de plantões que não seguirem os regulamentos do Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.

19.4 – O CONTRATADO é responsável pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

19.5. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

19.6 – Outras informações sobre o presente procedimento e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação/Credenciamento do SESA, sito a Avenida Prefeito Lothário Meissner, 350 CEP 80210 170 Jardim Botânico, Curitiba /PR, tel 041 3264 6140.

---

**SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP**

*Comissão Permanente de Licitação – CPL*

*Av. Pref. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170*

*Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA*

19.7 - Os anexos fazem parte do edital independentemente de transcrição.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2012.

Comissão de Credenciamento

## CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2011 - SESA

---

---

### TERMO DE REFERÊNCIA

---

#### LOTE ÚNICO

ITEM	QUANT.MÁXIMA DE EXAMES A SEREM REALIZADOS MÊS	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
01	13.000		EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS PARA HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL	CONSTANTE NA TABELA SUS	720.000,00
02	1.013		EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS PARA HOSPITAL DE GUARAQUEÇABA LUCY REQUIÃO DE MELO E SILVA	CONSTANTE NA TABELA SUS	56.104,60
<b>VALOR MÁXIMO ADMISSÍVEL PARA 12 MESES</b>				<b>R\$</b>	<b>776.104,60</b>

Locais de prestação dos serviços

Hospital Regional do Litoral – Rua dos Expedicionários, 269, Palmital, CEP 83.206.450  
– Paranaguá – PR

Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva – Av. Ararapira s/n, Centro –  
CEP 83.390-000 - Guaraqueçaba

---

**SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP**

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170

Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: [comlicit@pr.gov.br](mailto:comlicit@pr.gov.br) – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE  
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA**

**Anexo I**

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CADASTRAMENTO

A empresa....., CNPJ ....., endereço completo.....,telefone ....., e-mail....., requer sua inscrição no CHAMAMENTO PÚBLICO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE **Exames laboratoriais constantes na tabela SUS**, para o **Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva da Secretária de Saúde do Estado do Paraná**, conforme Edital nº ...../2011-SESA.

, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**OBJETO DO CREDENCIAMENTO:**

**1. O objeto deste Edital é credenciar pessoas jurídicas na área da saúde prestadores de serviços de Exames laboratoriais constantes na tabela SUS, para o Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva da Secretária de Saúde do Estado do Paraná.**

Os valores de referência de cada tipo de exame são os constantes da Tabela SUS

**2-Local de realização dos serviços: Dependências do Hospital Regional do Litoral de Paranaguá e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.**

**2.1 – Fica a cargo do contratado a logística de correta conservação e transporte do material coletado no Posto de Coleta situado dentro do Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.**

**3- Prazo do contrato: 12 (doze) meses, admitida prorrogação na forma das Leis vigentes até o limite de 60 (sessenta ) meses.**

**4- Os serviços deverão ser prestados, quando requisitados pelo hospital, a qualquer horário do dia ou da noite, não tendo quantidade pré determinada diariamente, devendo a empresa manter os funcionários à disposição das unidades por 24 horas, atuando dentro da unidade de saúde.**

---

**SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP**

*Comissão Permanente de Licitação – CPL*

*Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170*

*Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA*

**5- A empresa deverá designar e informar às unidades hospitalares o nome do funcionário que deverá ficar como responsável por manter o atendimento das solicitações e obrigações do contrato.**

**6 – A empresa deverá informar às unidades da escala de funcionários que atuarão para manter os serviços por 24 horas.**

**7 – Os exames considerados de emergência deverão ser realizados como prioridade.**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE  
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA**

**Anexo II**

**RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA**

A empresa....., CNPJ ....., endereço.....,telefone ....., vem através deste informar os nomes dos profissionais técnicos e responsável técnico contratados deste laboratório, e que atuaram no processamento dos exames clínicos laboratoriais, objeto do contrato com a Secretaria de Estado da Saúde /Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.

Nome CRF Especialidade

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE  
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA**

**Anexo III**

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO  
XXXIII DO ART. 7º DA C.F.

(Nome da Empresa) ....., CNPJ nº ....., estabelecida à  
..... (endereço completo), declara, sob as penas da Lei que não  
possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na  
condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do  
art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Cascavel, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

---

SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP

*Comissão Permanente de Licitação – CPL*

*Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170*

*Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA*

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE  
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA**

**Anexo IV**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS  
ANEXOS, INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS.

(Nome da Empresa) ....., CNPJ nº ....., estabelecida à  
..... (endereço completo), declara, conhecer o edital de  
Chamamento Público nº. ... e seus anexos.

Cascavel, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE  
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA**

**Anexo V**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Nome da Empresa) ....., CNPJ nº ....., estabelecida à ....., (endereço completo), declara que os profissionais apresentados no anexo II, possuem capacidade técnica e estão disponíveis para prestar serviços de exames laboratoriais à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná / Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.

Cascavel, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE  
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS Nº 003/2011 - SESA**

**ANEXO VI**

MINUTA DE CONTRATO DE  
ADESÃO Nº ...../ PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
**Exames laboratoriais constantes na  
tabela SUS CELEBRADO ENTRE A  
SESA e a EMPRESA.....na  
norma abaixo:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e onze a Secretaria da Saúde - SESA, com registro no CNPJ/MF sob o nº. 08.597.121/0001-74, e sede a Rua Piquiri 170, bairro Rebouças, Curitiba/PR, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Saúde do Paraná, inscrito no CPF nº. .... e RG nº. ...., residente e domiciliado em Curitiba, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, o xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito (a) no CNPJ sob o Nº....., situado (a) no (a)....., neste ato representado pelo (a).....xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – RG nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e pelo responsável técnico xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – RG nº. xxxxxxxxxxxx doravante designados simplesmente CONTRATADO, celebram o presente CONTRATO DE ADESÃO Nº xxxx, para prestação de serviços hospitalares com base no constante dos autos do Protocolado nº 07.479.677-0, Chamamento Público, Lei 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/2007, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste Edital é credenciar pessoas jurídicas na área da saúde prestadores de serviços de **Exames laboratoriais constantes na tabela SUS**, para o **Hospital Regional do Litoral e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva da Secretária de Saúde do Estado do Paraná**, conforme anexo I deste Edital.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – os serviços deverão ser prestados nas dependências do Hospital Regional do Litoral em Paranaguá/PR e Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.**

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Fica a cargo do contratado a logística da correta conservação e transporte dos materiais coletados no Posto de Coleta situado dentro do Hospital de Guaraqueçaba Lucy Requião de Melo e Silva.**

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE**

A finalidade deste Contrato é dotar os pacientes do Hospital Regional do Litoral em Paranaguá/PR e do Hospital Luci Requião de Mello e Silva em Guaraqueçaba/PR de serviços indispensáveis à preservação de sua saúde.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PACIENTE**

Os pacientes dos serviços, objeto deste chamamento público constituir-se-á de usuários pertencentes à comunidade em geral.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O CONTRATADO obriga-se a:

Executar exames laboratoriais nas áreas previstas (análises clínicas ou microbiologia clínica)

Manter os serviços de realização de exames laboratoriais por 24 (vinte e quatro) horas;

Providenciar a entrega de resultado dos exames de rotina diária ao final do expediente do mesmo dia da coleta;

Providenciar a entrega de resultados dos exames especiais, realizados fora do Município de Paranaguá, em 48 (quarenta e oito horas ) após a coleta;

Providenciar a entrega dos resultados do exames de casos caracterizados como urgência/emergência em até 40(quarenta) minutos após o horário solicitado para coleta;

Providenciar coleta de rotina diária nos horários 8 (oito) horas, 10 (dez) horas e 14 (catorze) horas de cada dia, exceção para os exames de emergência que deverão ser coletados no ato da solicitação;

Realizar as entregas de resultados de exames por meio de funcionários de seu quadro, no setor o paciente está internado, independente do local de coleta;

Disponibilizar 01 (um) funcionário de enfermagem, treinado e com experiência profissional comprovada em carteira de trabalho para realizar as atividades de coleta de material para exames nas dependências do Hospital Regional do Litoral em Paranaguá;

Disponer de capacidade técnica para realização de todos os exames previstos na tabela SUS (anexo VI);

Manter controle de qualidade sobre suas atividades de realização de exames laboratoriais, através de entidade de referência, periodicamente, sem ônus para a SESA;

Manter em seu quadro de funcionários, farmacêutico, responsável técnico com habilitação superior em Bioquímica, com inscrição no Conselho Regional de Farmácia;

Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;

Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;

Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas;

Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;

Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo;

Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado. O descumprimento da obrigação prevista neste inciso sujeitará o credenciado à sanção prevista no inciso IV do Art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/07;

Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

**PARA O HOSPITAL DE GUARAQUEÇABA LUCY REQUIÃO DE MELO E SILVA:**

Disponer de material de consumo;

Providenciar os tubos de ensaio com seus devidos condicionamentos de urina e fezes;

Providenciar os recipientes adequados para o transporte de todo o material;

Arcar com o valor da logística do transporte (via barco – com saída de Guaraqueçaba às 07:00 horas com chegada em Paranaguá às 09:30 h e saída de Guaraqueçaba às 14:00h com chegada em Paranaguá às 16:30h)

Responsabilizar –se por disponibilizar os resultados dos exames on-line, em até 3:00h após a chegada da embarcação em Paranaguá.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

Exercer a fiscalização da execução do contrato por meio do Gestor do Contrato, servidor especialmente designado, na forma prevista nos artigos 118 da Lei Estadual nº 15.608/07;

Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução dos serviços, objeto do contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES**

Os preços dos serviços ora CONTRATADOS serão pagos pela CONTRATANTE de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante deste Termo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

Os pagamentos pela prestação de serviços serão efetuados pela SESA, após o recebimento da fatura SUS, mediante apresentação de nota fiscal de acordo com os valores apresentados em planilhas devidamente atestadas pelas Direções Geral e Administrativa e Serviço de Apoio ao Diagnóstico e tratamento do HRL.

## **SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

O pagamento será efetuado mensalmente através de boletim de crédito em conta corrente da empresa prestadora de serviço.

## **SUCLÁUSULA SEGUNDA**

O documento de cobrança (nota fiscal) a que se refere o Caput desta cláusula deverá vir acompanhado, ainda, de cópia dos seguintes documentos de regularidade fiscal

3

SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170

Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA

(negativa do INSS , regularidade com o FGTS, e Certidões Negativas de Impostos Federais, Estaduais e Municipais;

### **SUBCLÁUSULA TERCEIRA**

O Hospital Regional do Litoral e o Hospital Luci Requião de Mello e Silva não estão autorizados a receber documentação de cobrança, em caso de não observância do disposto no parágrafo anterior.

### **SUBCLÁUSULA QUARTA**

O CONTRATANTE efetuará o pagamento dos serviços prestados em 30(trinta)dias úteis, a contar da data do recebimento da fatura . Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não acarretando, neste caso, quaisquer ônus ao CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA GLOSA**

Reserva-se ao CONTRATANTE, mediante análise técnica e financeira, o direito de deduzir, total ou parcialmente os procedimentos apresentados em desacordo com as disposições Da tabela SUS do valor a receber da CONTRATADA.

### **SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

A CONTRATANTE poderá exigir a apresentação de documentos complementares à realização das análises.

### **SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

A CONTRATANTE encaminhará ao CONTRATADO relatório consubstanciado contendo as justificativas das glosas.

### **SUBCLÁUSULA TERCEIRA**

Reserva-se ao CONTRATADO o direito de recorrer das glosas no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento das mesmas, devendo o recurso ser por escrito e conter os seguintes dados:

1- Data de atendimento,

---

**SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP**

*Comissão Permanente de Licitação – CPL*

*Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170*

*Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA*

- 2- Discriminação do(s) item(s) glosado(s),
- 3- Valor do(s) item (s) glosado (s) e
- 4- Fundamentação para a revisão da glosa

## **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com este Termo correrão à conta de dotações

consignadas na fonte .....

### **SUBCLÁUSULA ÚNICA**

As despesas previstas para o próximo exercício ocorrerão à conta de dotação específica consignada no Orçamento Geral da SESA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Face ao disposto no Art. 150 da Lei 15.608/07, pela inexecução total ou parcial do presente Instrumento, a CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO garantido a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as penalidades de:

- I – advertência;
- II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e
- V – descredenciamento do sistema de registro cadastral.

### **SUBCLÁUSULA ÚNICA**

Da aplicação das penalidades previstas no Caput desta cláusula e da rescisão unilateral, caso ocorra, caberá ao CONTRATADO direito de recorrer administrativamente, dentro do prazo estabelecido no Art. 162 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

A responsabilidade civil das partes, decorrente da prestação dos serviços, regula-se pelo disposto nos artigos 927 a 943 do CAPÍTULO I e 944 a 954 do CAPÍTULO II do Código Civil Brasileiro.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

Com base nas disposições contidas nos , Art 57 do Decreto 4507/09, Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, o presente Instrumento vigorará por 12 meses, com início em .... / .../..., podendo ser prorrogado, a critério da Administração, em até um máximo de 60(sessenta) meses, através de termo aditivo.

## **SUBCLÁUSULA ÚNICA**

O prazo de vigência do presente cadastramento em exercícios subsequentes ficará condicionado à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas dele decorrentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o previsto no art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93, este Instrumento será publicado no D.O.E., em forma de extrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

A rescisão será processada observando-se ao disposto na Seção IV, do Capítulo II da Lei Estadual nº 15.608/2007, artigos 128º a 131º.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA LEGISLAÇÃO**

O presente Termo tem como base, além da Legislação já mencionada, a Lei Estadual de Licitações sob nº 15.608/2007, a qual faz menção expressa em seus artigos nº 24 e nº 25 sobre regras do credenciamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas neste Instrumento, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Curitiba .. .... de 2011.

Representante Legal da Empresa

.....  
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Responsável Técnico da Empresa

Testemunhas

---

SECRETARIA DA SAÚDE/ISEP

*Comissão Permanente de Licitação – CPL*

*Av. Prof. Lothário Meissner, 350 Curitiba - Paraná – Jd. Botânico CEP 80210 170*

*Fone/Fax (41)3 264-6140 / 3264-5989 / 3263-1288 e-mail: comlicit@pr.gov.br – [www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br)  
CP 003/2011 - SESA*